



AVALIAÇÃO MEDIADORA: PERSPECTIVAS PARA APRENDIZAGEM

MODERATING ASSESSMENT: PERSPECTIVES FOR LEARNING

Adriano Antônio Faria
Paulo Henrique Simon

RESUMO

A avaliação no âmbito escolar é um instrumento de complementação para o processo de ensino/aprendizagem, porém ainda é um objeto de reflexão entre os educadores no momento de promover tal ação quanto ao conhecimento do aprendiz. Por isso, este artigo, aborda a relevância de avaliar como um fator essencial à organização do conhecimento adquirido, no sentido de ser flexível no momento de reordenar as rotas desse processo que envolve professor e aluno na hipótese de ser assertivo, quanto ao objetivo final desejado. Este estudo enfatiza a questão da avaliação como um ato contínuo, complementar às práticas adotadas no ato de ensinar. Objetiva verificar se existem alternativas que possam subsidiar o professor dentro da escola, no intuito de auxiliar seus alunos a atingir melhores resultados em exames de maior complexidade como o Exame Nacional do Ensino Médio - o Enem. Para a composição do trabalho utiliza-se da pesquisa bibliográfica como metodologia de investigação e sustentação teórica deste artigo. O estudo possibilita ter a concepção da avaliação como um processo mediador do conhecimento.

PALAVRAS CHAVES: Ensino. Aprendizagem. Avaliação. Mediadora.

ABSTRACT

The evaluation in schools is a supplementary tool for teaching / learning process, but it is still a subject of reflection among educators at the moment to promote such action as the learner's knowledge. Therefore, this article discusses the importance of evaluating an essential factor to the organization of the knowledge acquired in order to be flexible when to reorder routes this process involving teacher and student in the event of being assertive, as the ultimate goal desired. This study emphasizes the issue of evaluation as a continuous act, complementary to the practices adapted in the act of teaching. Aims to verify whether there are alternatives that can support the teacher in the school in order to help their students achieve better results in tests of greater complexity as the Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. For the work of composition is used bibliographic research and research methodology and theoretical basis of this article. The study makes it possible to have the design of the evaluation as a mediator of knowledge process.

KEYWORDS: education. Learning. Evaluation. Mediation.



INTRODUÇÃO

Ao se tratar da avaliação no âmbito escolar, discute-se esta como um instrumento que possibilita suporte no modo de concebê-la em sala de aula. Ao monitorar as práticas que envolvem o processo ensino/aprendizagem no contexto educacional – aqui entendido desde a formação inicial que o aluno recebe na pré-escola até a sua chegada ao ensino superior, questiona-se a existência de um método que auxilie professor/aluno na obtenção de melhores resultados ao longo do percurso educacional.

Logo, os estudos mais recentes, ao nível que consideram a avaliação de currículo, assim como avaliação da aprendizagem, sugerem constante reflexão nas ações tomadas internamente a sala de aula. Tal justificativa se deve ao fato de que ao concluir o ensino médio, muitos alunos buscam cursos preparatórios para vestibulares no intuito de conseguir ingressar nas universidades através do Enem - Exame Nacional do Ensino Médio.

Pensando o objeto de estudo, recorre-se aos dispositivos históricos e que permitem sincronia no processo de desenvolvimento deste trabalho realizando-se um breve percurso histórico sobre os sistemas avaliativos da educação básica, que atualmente estão implantados no sistema educacional do país, a considerar três principais: a Provinha Brasil, o Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica e o Enem. Apresentá-los brevemente possibilita argumentar as razões em que atualmente o processo avaliativo se organiza em seus respectivos níveis.

Destaca-se ainda que, falar de avaliação implica na busca do significado do ensino/aprendizagem em uma perspectiva mediadora de aproximação e diálogo entre quem ensina e aprende. Medir o cognitivismo de um sujeito ultrapassa a concepção tradicional de avaliação escolar, isto porque avaliar não se volta apenas à concepção de sua quantidade e conteúdo, mas sim de sua qualidade e finalidade, possibilitando para os sujeitos desse processo (professor e aluno) vivenciar uma experiência diferenciada, da concepção que se tem de avaliação no molde escolar tradicional.



Por isso, esta investigação, busca identificar se há alternativas que possam subsidiar o professor dentro da escola a aperfeiçoar suas práticas tornando o processo de avaliação um método eficaz, pensado em uma perspectiva que integre o aluno no contexto educacional da escola, além da própria necessidade de antecipar questões quanto à condição a ser criada, os objetivos a serem alcançados e a proposta que se efetiva para os dois protagonistas desse processo: professor e aluno.

Para justificar essa investigação bibliográfica, constitui-se uma materialidade teórica sobre o aspecto da avaliação, não apenas no sentido de verificação, e sim como um objeto capaz de organizar as ações a serem tomadas diante da realidade que se apresenta. Assim, antes de elucidar os três sistemas avaliativos, há uma formulação de como a escola, segundo Luckesi, tem concebido a avaliação em seu contexto:

[...] A escola brasileira opera com a verificação e não com a avaliação da aprendizagem. Este fato fica patente ao observarmos que os resultados da aprendizagem usualmente têm tido a função de estabelecer uma classificação do educando, expressa em sua aprovação ou reprovação. O uso dos resultados tem se encerrado na obtenção e registro da configuração da aprendizagem do educando. (2011 p. 53)

Tal concepção exige mudança de atitude no ambiente escolar, isso porque esse modelo segundo Luckesi apresenta um produto acabado quando trata-se do tema avaliar. A avaliação tem operado como um padrão de verificação e por isso segundo o autor “tem sido incapaz de retirar do processo de aferição as consequências mais significativas para a melhoria da qualidade e do nível de aprendizagem dos educandos”.

O termo avaliação, aqui defendido vem a ser um ponto que possibilite a recondução das ações, a partir da medição do conhecimento adquirido pelo aluno e não apenas, um processo que se configure na obtenção e registro de um método. Defende-se neste artigo, a busca por sair do modelo tradicional de



avaliação, isso porque a educação em sua amplitude fortalece os agrupamentos de sujeitos em diferentes contextos de envolvimento seja em instituições, empresas ou organizações.

Assim ao discutir a avaliação, considera-se esta, como um ato que não é isolado e sim contínuo, capaz de complementar as ações do processo ensino/aprendizagem existentes internamente à sala de aula. Vale-se ressaltar que para atingir um modelo ideal de avaliação, a configuração da aprendizagem deve ser levada em conta, no intuito de sugerir a melhor direção para que o desenvolvimento do aluno se efetive.

Para que seja possível traçar esse percurso, discute-se a seguir três importantes modelos de avaliação implantados através de sua legislação na educação básica, característica que permite ser verificada na próxima seção.

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ao processo em que se discute a avaliação na educação básica, concebida na perspectiva de acompanhamento, vale-se destacar três modelos que auxiliam no monitoramento e desenvolvimento do aprendiz sendo eles: a Provinha Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb e o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem.

Esses três instrumentos dimensionam esta investigação e se estruturam neste trabalho como fundamentais para, de forma breve, possibilitar a compreensão sobre sua historicidade e sua finalidade na educação básica. Além disso, a avaliação deve ser pensada como uma prática conjunta “[...] como uma ferramenta dinâmica e bastante favorável ao bom desempenho e aos bons resultados dos alunos e demais indivíduos” (BOTH 2011 p.98) que estão envolvidos nesse processo.

Por isso, considerando a primeira referência de avaliação, a Provinha Brasil, conforme o portal do Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), é uma avaliação diagnóstica que visa investigar o desenvolvimento das



habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática voltada para matriculados no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras.

Também conhecida como avaliação de Alfabetização, é regulamentada pela portaria normativa nº 10, de 24 de abril de 2007, sendo que os testes são compostos de 20 questões, divididos em duas etapas sendo a primeira (Teste 1) realizada até o mês de abril e a segunda (Teste 2) realizada até o final do mês de novembro. Segundo o portal do Inep, esta avaliação permite ser aplicada pelo professor da turma ou por outras pessoas indicadas e preparadas pelas secretarias de educação.

Dessa maneira, através dessa testagem fica possível à equipe docente ter um diagnóstico do processo de ensino/aprendizagem desenvolvido internamente à escola e ao mesmo tempo juntamente com a equipe diretiva, auxiliar na elaboração das políticas educacionais, tendo em vista as melhorias que podem ser alcançadas na didática adotada para sistematizar o ensino em que procede a alfabetização.

Segundo o instituto, esta prática, teve sua primeira edição em abril de 2008 sendo que mais de três mil municípios aderiram a este processo. Em maio de 2016 o Inep lançou um novo sistema Provinha Brasil, o qual apresentou quatro tipos de relatórios eletrônicos sobre quatro perspectivas: do aluno, da turma, da escola ou por questões.

Logo, este detalhamento permite à equipe educacional tirar uma amostragem do nível de aprendizagem apresentado pelos alunos no início do processo de sua alfabetização (envolvendo o letramento e a habilidade matemática) e também ao final desse processo. Nessa perspectiva, esse sistema governamental dá margem ao direcionamento de práticas que cumpram maior assertividade nos processos da formação inicial que o aluno recebe no 2º ano do ensino fundamental.

Diferentemente da Provinha Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb é regulamentado pela normativa nº 931 de março de 2005,



composto em sua formação em três níveis, segundo o portal do Inep, primeiramente pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) – a qual objetiva avaliar a qualidade e eficiência do ensino, através de amostragens de alunos que cursam o 5º ano e o 9º ano do Ensino Fundamental; a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc, também conhecida como Prova Brasil, em que apenas as escolas com no mínimo 20 alunos matriculados nos anos avaliados (no caso 5º e 9º ano) é que participam dessa modalidade.

Compondo o terceiro nível, dentro da conjuntura do Saeb ao que possibilita o fechamento do processo de avaliação da aprendizagem tem-se a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA que é uma avaliação censitária e envolve os alunos do 3º ano do ensino fundamental tendo a finalidade de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização, matemática e condições de oferta do ciclo de alfabetização das escolas públicas. Esta é regulamentada pela Portaria nº 482 de sete de junho de 2013.

Segundo o histórico do Saeb, sua primeira aplicação, ocorreu em 1990. Cinco anos depois, adotou-se um novo método para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, possibilitando a comparação dos resultados das avaliações. Nesse âmbito, essa sistemática garantiu o acompanhamento da evolução do aluno ao longo do ensino fundamental como uma estratégia para avaliar o nível de conhecimento adquirido ao longo dos nove anos. Além disso, a avaliação assume a função diagnóstica e segundo Luckesi:

[...] a avaliação da aprendizagem é um mecanismo subsidiário do planejamento e da execução. É uma atividade subsidiária e estritamente articulada com a execução. É uma atividade que não existe nem subsiste por si mesma. Ela só faz sentido na medida em que serve para o diagnóstico da execução e dos resultados que estão sendo buscados e obtidos. (2011, p. 168)



Ao levar em conta Luckesi, na perspectiva da avaliação como um sistema articulado às práticas de ensino, é notável que o Saeb não tenha como foco apenas o aluno em si, mas permite analisar, segundo o Inep, o sistema educacional como um todo, tendo em vista as taxas de aprovação, repetência, evasão de cada estado e também as condições em que o trabalho pedagógico se efetiva no ambiente escolar na sua organização, no corpo docente, custos e rendimento escolar.

Além disso, o Saeb é uma avaliação que ao longo de sua efetivação passou por mudanças no sentido de garantir sua finalidade tendo sua primeira alteração, segundo o Instituto, em 2001 - momentos de grande mobilização - para empreender o seu planejamento e funcionamento. Após cinco anos, passou por mais uma mudança que teve como finalidade sua ampliação com a inclusão do Prova Brasil, proporcionando a avaliação do conhecimento de forma padronizada.

Ao considerar que a Provinha Brasil e o Saeb têm a finalidade de classificar a qualidade do ensino ministrado na escola, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, ocupa-se, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, em avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica. Criado em 1998, só a partir de 2009 passou a ser utilizado como sistema de seleção nas instituições de ensino superior do País. Também passou por adaptações para possibilitar o ingresso do aluno em Instituições Federais.

É possível afirmar que o Enem foi uma ideia inovadora na forma como apresentou sua metodologia para testar o conhecimento dos candidatos. Possibilitou enfoque estratégico à interdisciplinaridade no processo de relacionar os temas em uma perspectiva, que segundo o Inep é transversal capaz de despertar a atenção para questões que exigem interpretação e raciocínio na resolução de suas problematizações. No entanto, voltando-se ao currículo escolar, a considerar os três últimos anos do ensino médio, percebe-se que a preparação do aluno ainda tem se dado de forma fragilizada.



Ao chegar nesse estágio, o aprendiz confronta-se com a expectativa de receber o preparo para a continuidade de seus estudos no ensino superior e também de ser orientado para ingressar no mundo do trabalho, atendendo as exigências de nível intelectual e operacional externo ao contexto escolar. Nessa perspectiva os três modelos de avaliação transcendem o nível da obtenção da nota para uma perspectiva que se materializam indicadores no processo ensino/aprendizagem.

Assim, voltando-se ao objeto de investigação desse estudo, questiona-se a existência de um mecanismo que possibilite direcionar uma prática mediadora capaz de aproximar os dois sujeitos (professor/aluno) nesse estágio final da educação básica e que seja capaz de favorecer o preparo do aluno para o Enem em uma perspectiva mais assertiva, característica que é discutida na próxima seção.

ENEM: PELA BUSCA DA ASSERTIVIDADE

Com relação à abordagem sobre os três modelos de avaliações até aqui apresentados, é perceptível que avaliar é uma ação fundamental para a formação do sujeito e indispensável para a vida pessoal e profissional.

Nesse âmbito, pensando o direcionamento tomado na investigação, tem-se por base de discussão o Enem, o qual permite estruturar a investigação ao nível que se defende a ideia de mediação. Logo se questiona a justificativa que impede o aluno de ingressar no ensino superior, levando-se em conta que este sujeito dever-se-ia receber a preparação ideal através do ensino público para seu ingresso no nível superior. Assim, dialogam-se perspectivas capazes de melhorar a prática do ensino/aprendizagem no contexto escolar.

Por isso, para discutir como tal eficiência poderia ser alcançada, trabalha-se com a ideia de avaliação mediadora, como ferramenta de acompanhamento de existência necessária em sala de aula e que segundo Hoffmann em seu escrito intitulado por *Avaliação Mediadora*, defende:



Embora muito empregado no vocabulário dos professores, o sentido do acompanhamento pode não corresponder ao significado mediador do termo conforme se pretende. Ou seja, o acompanhamento do processo de construção do conhecimento deveria favorecer o desenvolvimento do estudante, oferecendo-lhe novas e desafiadoras situações de aprendizagem, novas leituras ou explicações, sugerindo investigações [...] (2006, p 118)

Nas palavras de Hoffman, o desenvolvimento do acompanhamento ideal não se efetiva dessa maneira em virtude de vários fatores que interpelam e se constituem na dinâmica do trabalho educativo, tendo em vista a política educacional e questões que dificultam o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem no ambiente escolar podendo estar ligados à forma como a avaliação é vista pelo corpo docente e também pelo grupo de alunos, caracterizando-se em um processo segundo a autora, que valoriza apenas aquilo quantificado ao final de um ciclo.

Devido essa característica, professores se mostram resistentes quanto à mudança da proposta de avaliação, pois ao longo de sua carreira sempre desenvolveram seu trabalho através dessa formalidade e inclusive, foram educados através desta mesma concepção organizando o espaço educativo através de “provas” utilizadas nos estágios finais da organização do ensino. A existência desse modelo histórico implica numa busca mais coerente de trabalho em que, segundo Both:

[...] como exemplo explicativo da ação complementar que ocorre entre avaliação e voz da consciência, podemos apontar o seguinte encaminhamento: enquanto a avaliação percorre os caminhos que levam à aprendizagem, a voz da consciência indaga se esses caminhos são os mais adequados para viabilizar uma excelente aprendizagem. (2012, p. 25)

Considerando as palavras de Both, indaga-se a existência de um caminho que possibilite o desenvolvimento de práticas mais eficientes que se direcionem à progressão intelectual do aluno. Ao mesmo tempo, a avaliação



precisa refletir uma intencionalidade, capaz – não apenas de reproduzir os modelos vividos pelos educadores em seu passado, mas – de condicionar flexibilidade nas estratégias de ensino.

Despertar a atenção a partir da ideia defendida aqui, não significa que a escola não esteja dando conta desse processo. O principal ponto defendido é que a avaliação escolar deve, a partir das práticas pedagógicas, intermediar o preparo de seus alunos para exames de maior complexidade como é o Enem, pois o preparo recebido, tem se efetivado de forma fragilizada, ocasionando no aprendiz uma visão inconsciente da realidade encontrada neste tão importante exame.

Além disso, o ensino médio não apenas se delimita pelas competências oriundas do ensino fundamental, mas se caracteriza pela necessidade de condicionar a sequência dos estudos no ensino superior. Embora o Enem tenha como objetivo central medir o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica possibilita reordenar os métodos de trabalho adotados pela escola em sua política educacional, lançando-se, um olhar instrucional sobre a prática educativa.

Nessa perspectiva Hoffmann defende um conceito que favorece o desenvolvimento de um processo mediador de avaliação ao ver que:

[...] as novas concepções de aprendizagem propõem fundamentalmente situações de busca contínua de novos conhecimentos, questionamento e crítica sobre as ideias em discussão, complementação através da leitura de diferentes portadores de texto, mobilização dos conhecimentos em variadas situações-problema, expressão diversificada do pensamento do aprendiz. (2008, p. 77)

A avaliação não acontece sozinha. Além disso, ela deixa de ser um processo estático para cumprir uma finalidade. Na concepção da autora, ao considerar a citação anterior, a avaliação estimula um movimento nas ações de ensino/aprendizagem que são desenvolvidas no espaço escolar, isto é,



fazendo com que educador e aprendiz reajam na perspectiva de investigar o novo e trabalhar com situações inesperadas, no intuito de promover um sujeito mais autônomo.

Essa visão permite uma reflexão na forma de agir exigindo a mudança da prática, para ultrapassar os limites estabelecidos pela escola na organização de suas políticas. A avaliação em sua concepção não releva apenas o rendimento sobre um determinado sujeito, mas ela pode exigir a mudança de práticas cristalizadas ao longo de um processo. Segundo Both:

[...] para que a avaliação e aprendizagem possam atuar em sintonia e de forma complementar, é necessário um trabalho perene de desmistificação da sua função, tanto no meio social quanto no escolar. Com certeza, por insuficiente compreensão do valor e da real função da avaliação como amparo da aprendizagem vem se somatizando, desde os tempos mais remotos da humanidade, seu estigma amedrontador, classificador, revanchista, vingativo e até de ostentação de poder pelo avaliador para com o avaliado. (2012, p. 165)

Segundo o escritor, ao considerar a defesa de sua teoria, a avaliação não ocorre de forma isolada e sim, é um ato conjunto do processo da prática de aprendizagem. O que existe, é uma visão cristalizada de seu significado, voltando-se a concepção na sua funcionalidade quando considera apenas o lado do aprendiz. Logo a avaliação, em um processo consciente de aplicação, pode ser capaz de mudar também, a prática que antecede sua aplicação, ao que releva as metodologias de ensino adotadas pelo professor.

Logo, torna-se válido referenciar o Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, pois este ampara o processo de aprendizagem com o intuito de possibilitar o acesso do aluno ao ensino superior, porém, impõem a necessidade de mudança na forma como o processo educativo é concebido no ensino médio, ao nível que busca práticas aproximadas capazes não apenas de preparar o aluno para a avaliação, mas principalmente de buscar reestruturar o ensino que é concebido nos três últimos anos que em sua totalidade deve(ria) se complementar.



Bonamino e Franco em seu artigo intitulado *O Enem no Contexto das Políticas para o Ensino Médio*, publicado na revista espaço aberto afirmam que:

O Enem tem buscado estreitar relações com iniciativas voltadas para a reforma do ensino médio no Brasil. Por ser uma iniciativa extremamente recente, é difícil apresentar uma avaliação precisa do significado do Enem no âmbito da educação brasileira. (1999, p. 29)

O Exame Nacional do Ensino Médio não se estruturou apenas como um modelo para avaliar o desempenho do aluno ao término da educação básica, mas buscou criar um alinhamento de práticas que possibilitassem a busca de um trabalho uniforme interno ao contexto da sala de aula, capaz de promover a mudança e criar um significado efetivo nas políticas educacionais envolvidas no contexto escolar.

Muito além do domínio do conteúdo por parte do professor/aluno, o Enem, embora represente a sua intencionalidade atual de condicionar o ingresso às instituições de nível superior, induz, segundo o Inep, “a reestruturação dos currículos escolares” e evidentemente exige a mudança de comportamento de práticas ao intuito que eleva o trabalho da escola em uma linha dialógica/contextual, operando silenciosamente na atitude de ensino incorporado pelas escolas.

Tal concepção de prática condiciona a mudança de comportamento através do estudante, mas principalmente, exige o reordenamento das políticas enquanto concepção de ensino, sendo a avaliação aqui, não como um processo isolado, mas conjunto, capaz de promover reflexão sobre as ações tomadas pelo corpo de profissionais no ambiente educacional. Logo, cria a finalidade de que professores, juntamente com suas equipes diretivas, desenvolvam práticas capazes de aproximar o estudante da realidade existente sobre o plano do Enem.

Para isso, torna-se válido pensar como as práticas poderiam ser mais bem empregadas para que o conhecimento exigido, por exemplo, por este exame de nível nacional, condicionasse o desenvolvimento mediador de



trabalho em sala de aula. Na visão de Both, em que discute a importância dos instrumentos e da avaliação mediadora ao considerar sua função social, difere muito bem a perspectiva da avaliação e concurso e no meio escolar descrevendo que:

É evidente que, na realização de um concurso de qualquer ordem, a realidade classificatória e comparativa de desempenho entre os participantes sobressai. No entanto, no meio escolar, no qual a aprendizagem se torna o ponto mais relevante, os fatores de classificação e de comparação não deveriam jamais encontrar tanto espaço. (2012, p.165-166)

Se dimensionado o olhar sobre o Enem temos um modelo de concurso. Este se fragmenta em um modelo de avaliação que visa diagnosticar o aluno sobre a aprendizagem na finalização de sua formação básica. Tão logo, as práticas condicionadas internamente à escola, estruturam-se, em modelos que simulam o exame e que no ambiente escolar é tido como um elemento de resultado numérico e terminal sobre o seu conhecimento.

Para que a avaliação mediadora seja de fato, empregada pela escola como reflexo inclusivo de suas práticas no ensino/aprendizagem é necessário que através da gestão democrática escolar, provoque a mudança de comportamento dos sujeitos que dela participam. Essa alteração implica o intuito de saber avaliar no objetivo que possa garantir o controle permanente desenvolvido pelo aluno para que seja possível reordenar os caminhos da aprendizagem.

Se não houver mudança de comportamento, não haverá aprendizagem e o ensino básico continuará direcionando o aluno para a obtenção impulsiva de resultados numéricos e que nem sempre condizem com as competências que de fato adquire. Um caminho possível para o desenvolvimento da avaliação mediadora exige primeiramente pensar a aprendizagem ao nível de gestão, para que se trabalhe com agrupamento de pessoas que consigam perceber as necessidades de desenvolvimento intelectual.



Luckesi ao discutir a avaliação da aprendizagem escolar, proporciona uma ideia de agrupamento ao descrever que:

[...] o ato avaliativo, no caso, tem um destino de permitir ao educador servir-se de um olhar para a realidade, a partir dos resultados coletivos, ou seja, o estudante sobre o qual se olha individualmente faz parte de um todo. Então nesse contexto, é preciso ter ciência dos resultados desse todo, que, aqui, de imediato, é definido como a turma de estudantes da qual faz parte o educando individual, que mais amplamente, esse todo pode ser definido como as turmas de uma série, a escola, um município, um estado, o país. (2011, p. 262)

Se considerado a eficiência da aprendizagem, esta não depende apenas e exclusivamente do aluno ou do professor, mas ela está relacionada aos fatores que condicionam concebê-la como um todo, seja esta em suas diferentes constituições conforme defende o autor. Nesta perspectiva, para que o ensino/aprendizagem possa ser gerido nos diferentes agrupamentos de indivíduos é essencial que métodos de trabalho sejam pensados pelo agrupamento escolar sempre direcionando a prática da gestão democrática, que condicione o envolvimento de todas as pessoas que constituem a comunidade escolar.

Além disso, para que se identifique a existência de uma avaliação mediadora, conjunta com o ensino, é muito importante que educadores e alunos participem efetivamente de projetos dentro da escola para que a aprendizagem seja dirigida e garanta a fixação do conhecimento e não simplesmente a obtenção de um resultado numérico. Hoffman aponta distinção ao considerar o trabalho com a elaboração de projetos e de avaliação ao defender que:

A pedagogia de projetos tem como fundamento a compreensão da aprendizagem como ato dinâmico, compartilhado, múltiplo e processual, enquanto a avaliação classificatória se configura a partir de uma concepção mecanicista de aprendizagem, que valoriza as capacidades de armazenamento e de reprodução do que foi ensinado. (2004, p.86)



A avaliação mediadora pensada como um ato conjunto e oriundo do ato de ensinar possibilita analisar o comportamento do aprendiz e suas atitudes para o desenvolvimento do seu real objetivo, possibilitando autonomia na tomada de decisões para que a aprendizagem se configure de forma eficiente e por etapas. Ao considerar a perspectiva de Hoffman, a pedagogia de projetos condicionaria ao aluno compartilhar seu saber em um nível processual e gradativo em busca do novo conhecimento compartilhado, o que na avaliação classificatória, tal reflexão seria impossível.

Hoffman afirma através do conceito de “zona de desenvolvimento proximal” de Vygotsky (1988) que:

a colaboração entre sujeitos com conhecimentos diferentes potencializa a aprendizagem e o desenvolvimento. A diferença nos ajuda a compreender que somos sujeitos com particularidades, com experiências próprias, constituídas nos processos coletivos de que participamos, dentro e fora da escola; posta em diálogo, enriquece a ação pedagógica, relacionada a diversificação dos instrumentos mediadores e à ampliação dos modos de sua utilização. (2004, p.87)

Ao pensar a avaliação mediadora, em uma perspectiva coletiva, esta se nivela como uma prática investigativa, não operando apenas com a espera de uma única resposta, mas com uma dimensão ampla de possibilidades condicionando maior liberdade para o aprendiz de formulação de suas respostas para as indagações impostas. Por outro lado, o professor encontrará maior liberdade e autonomia para dialogar com o aluno ao organizar o seu método de trabalho.

A avaliação, pensada através da pedagogia de projetos, conforme Hoffman condicionará o compartilhamento do conhecimento originário da particularidade dos aprendizes, para sua dimensão em uma perspectiva coletiva de ensino/aprendizagem, característica possível de se identificar, por exemplo, através do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, pois trabalha



com a dimensão da intertextualidade dialogando em diferentes campos do conhecimento.

Assim, para a busca de maior assertividade na formação do aprendiz ao que se consideram os estágios finais do ensino médio, faz-se necessário a mudança das práticas de avaliação. Essa mudança, pode caracterizar a tomada de decisão na forma como o aluno normalmente aprende, sendo instigado a avaliar suas competências ao longo de ciclos curtos, respondendo ao que é capaz de fazer com o conhecimento que adquiriu.

Além disso, essa perspectiva, poderia ainda condicionar a formação de um perfil de aluno mais autônomo, de identidade investigativa fator que proporcionaria melhor interpretação do contexto social e consequentemente de sua linguagem na materialidade, como é o caso deste exame nacional discutido neste artigo.

METODOLOGIA

Uma das etapas desta pesquisa foi a construção de um arquivo com textos que permitissem pensar a questão da avaliação mediadora como um instrumento complementar ao processo de ensino e aprendizagem na educação básica. Como não há um modelo pré-estabelecido a seleção do corpus se deu através de discussões, artigos e periódicos que permitissem desenvolver a reflexão em uma pesquisa bibliográfica.

Inicialmente, recorreu-se sobre três modelos de avaliação sendo estes: a Provinha Brasil, O Saeb-Sistema de Avaliação da Educação Básica e o Enem, pois possibilitam a estruturação da investigação como indicativos que condicionam a revisão do trabalho de ensino, atualmente adotado pela escola em seu processo didático. Essas três abordagens dimensionam o campo de visão sobre os critérios a que cada uma se aplica em suas objetividades nas diferentes etapas do ensino básico, condicionando a avaliação como um processo essencial, mas principalmente capaz de mediar o conhecimento e organizar as políticas de trabalho no ambiente escolar.



A partir disso, reflete-se sobre a expectativa da reorganização do trabalho escolar em uma abordagem de avaliação mediadora que seja capaz de garantir maior autonomia nesse cenário complexo que se tornou a educação, característica essencial para qualificar a discussão da materialidade aqui construída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao término deste artigo, é possível afirmar que não existe um modelo pronto e acabado que condicione de fato, uma ação mediadora única, que sirva de padrão a todas as escolas do Brasil. A reflexão trazida aqui, teve como principal base o Exame Nacional do Ensino Médio, pois possibilita estruturar uma perspectiva de visão sobre a escola.

A investigação, em sua parcialidade, permite verificar que a avaliação configura-se como um ponto instável no âmbito escolar, pois ao mesmo tempo em que considera a qualidade da aprendizagem, desafia professores na formulação de estratégias para que as competências adquiridas possam ser percebidas pelos alunos ao longo do seu percurso escolar, seja profissional ou pessoalmente.

Nesse nível, a proposta do Enem no seu surgimento apresentou o principal objetivo de ser um elemento capaz de mediar – como caminho mais curto – a reelaboração das políticas para o alcance de um processo de ensino/aprendizagem mais eficaz. No entanto as práticas de avaliação permaneceram formatadas em sua grande maioria, em um modelo preso ao passado vivenciado pelos educadores no seu percurso educativo no modo de avaliar e que ainda os amedronta ao pensar a aplicação da avaliação no ensino básico.

Essas características fazem com que o cenário da educação careça de atitude, devido sua complexidade e também devido à proporção descontrolada que tomou no contexto brasileiro. É evidente que não há um modelo pronto a ser seguido para melhor avaliar, mas o caminho da mudança pode ser pensado



através da tomada de decisões através da gestão democrática em avaliar as competências adquiridas pelos alunos, por exemplo, ao longo de um processo de estudo.

Incentivar a criação de grupos de estudo/pesquisa pode condicionar o oferecimento de um trabalho mais centrado na proposta de uma avaliação mediadora, possibilitando o estudo direcionado e o compartilhamento de conhecimento em diferentes níveis, criando uma nova cultura de educação inserida na inovação e transformação de ideias.

Assim esse método de trabalho, se adotado nos grupos escolares possibilitará um processo dialógico em que aproxima professor e aluno favorecendo a coerência e um olhar autônomo sobre o conhecimento construído através de um processo que proporcione a criação de estratégias na complementação e enriquecimento na forma como a avaliação atualmente opera no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A. FRANCO, C. **O ENEM no contexto das políticas para o ensino médio**. Espaço Aberto: química nova na escola o ENEM e o ensino médio, n. 10, p. 26-31, nov. 1999.

_____. **A. Tempos de avaliação educacional: o Saeb, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002

BOTH, I. J. **Avaliação “voz da consciência” da aprendizagem**. Curitiba: Ibpex, 2011. (Série Avaliação Educacional).

BRASIL. **INEP**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2016.



_____. **MEC.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. **MEC.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

CARVALHO J.S. *Democratização do ensino revisitado*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30 n.2, p. 327-334, mai./ago. 2004.

DEMO, P. **Avaliação sob olhar propedêutico**. Campinas: Papyrus, 1996

FREITAS, D. **A avaliação da educação básica no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007

HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 25.ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

_____. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 10.ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

_____. **Pontos & contrapontos do pensar ao agir em avaliação**. 10.ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

HOFFMANN, J. ESTEBAN, M. T. (Orgs.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

HORTA NETO, João Luiz. **Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005**. Revista Iberoamericana de Educación n°42/5, 2007

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22 ed - São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011

SCHEFFLER, I. *A linguagem da Educação*. São Paulo: Edusp/Saraiva, 1968.

ISSN: 2359-1064

V. 4 ED.1
2017



SILVA, F. *O mundo vazio: sobre a ausência da política no contexto contemporâneo*. In SILVA, D.A; MARRACH, S.A (Orgs.). *Maurício Tratemberg: Uma vida para as ciências humanas*. São Paulo: Unesp, 2001.